

“Faltam direitos”: percepções sobre a alimentação em uma escola pública estadual, em Salvador, Bahia

“Rights are missing”: perceptions about food in a state public school, in Salvador, Bahia

“Faltan derechos”: percepciones sobre la alimentación en una escuela pública estatal, en Salvador, Bahia

Mércia Ferreira Barreto¹
Maria do Carmo Soares de Freitas²

RESUMO

Propõe-se analisar as percepções relativas ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), especificamente no que se refere às refeições servidas em uma escola pública da cidade de Salvador, Bahia. Trata-se de uma abordagem abrangente da percepção e dos significados acerca desse tema, bem como suas implicações sobre o direito humano à alimentação adequada. Essa análise é realizada por meio das narrativas escritas e orais dos jovens envolvidos. A pesquisa revela condições de alimentação que estão associadas a outras carências sociais e que são contrárias ao direito humano à alimentação. Nesse contexto, reflete-se sobre a necessidade de tomar medidas diante às violações apontadas pelos estudantes.

Palavras-chave: Programa de alimentação escolar; Direito humano à alimentação; Segurança alimentar e nutricional; política pública

ABSTRACT

The study aims to analyze perceptions of the National School Feeding Program (PNAE), specifically concerning the meals served at a public school in the city of Salvador, Bahia. This research involves a comprehensive examination of perceptions and meanings related to this subject, along with its implications for the human right to adequate food. The analysis is based on written and oral narratives provided by the young individuals involved. It reveals that food conditions are interconnected with other social deficiencies, contravening the human right to food. The study also reflects on the need to address the violations identified by the student.

Keywords: School feeding program; Human right to food; Food and nutrition security; Public policy.

¹ Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil.

² Universidade Federal da Bahia (UFBA), Salvador, Bahia, Brasil. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8310-0933>

RESUMEN

El estudio tiene como objetivo analizar las percepciones sobre el Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE), específicamente en relación con las comidas servidas en una escuela pública en la ciudad de Salvador, Bahía. Consiste en un análisis comprensivo de las percepciones y significados relacionados con este tema, así como de sus implicancias en el derecho humano a una alimentación adecuada. El análisis se basa en narrativas escritas y orales proporcionadas por estos jóvenes. Se revela que las condiciones alimentarias están conectadas con otras carencias sociales, lo que contraviene el derecho humano a la alimentación. Además, el estudio reflexiona sobre la necesidad de abordar las violaciones identificadas por los estudiantes.

Palabras clave: Programa de alimentación escolar; Derecho humano a la alimentación; Seguridad alimentaria y nutricional; Política pública.

INTRODUÇÃO

Este artigo busca analisar as percepções de atores sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), no que se refere a opinião desses sobre a qualidade e a quantidade das refeições servidas em uma escola pública da cidade de Salvador, Bahia. Trata-se de um estudo específico sobre a temática a partir dos livres discursos escritos e orais de estudantes, como um dos resultados da etnografia sobre o direito à alimentação adequada e saudável na escola.

Antes de adentrar o assunto principal deste estudo, justifica-se abordar o contexto sociocultural e econômico para se entender as conexões macro e microsociais expressas por escolares e complementadas por outros atores da escola, espaço este, que reflete a sociedade brasileira e suas profundas desigualdades sociais.

Contextualiza-se as condições socioeconômicas de estudantes das escolas públicas na conjuntura social, sobretudo quanto à incerteza na permanência ao acesso aos alimentos. Os resultados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) de 2019, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revelam a prevalência de 36,7% dos 68,9 milhões de domicílios no Brasil em situação de insegurança alimentar ⁽¹⁾. Essa questão é produto direto da concentração de renda no país, com repercussões na qualidade da alimentação. Nesse sentido, vale lembrar a análise da Fundação Getúlio Vargas (FGV) de 2019, quando os mais pobres tiveram redução

de 17% do poder de compra, enquanto 1% dos mais ricos teve aumento de 10% da renda ⁽²⁾.

O aprofundamento da desigualdade social também se verifica na característica dos domicílios e no acesso diferenciado a bens e serviços pela população. Segundo Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliares (PNAD) contínua, beneficiários do Bolsa Família têm menor acesso a esgotamento sanitário ou fossa séptica ligada à rede geral bem como à posse de bens, como equipamentos eletroeletrônicos ⁽³⁾. Do macro ao microssocial, elege-se a atenção para as condições de vida de estudantes de escolas públicas, os quais necessitam de complementação da renda domiciliar a partir de auxílios públicos de transferência de recursos.

Considerável destaque deve ser notado sobre a desigualdade na distribuição de estudantes segundo quesito raça/cor no ensino fundamental e médio. Pretos e pardos estão entre os grupos mais prevalentes na Educação de Jovens e Adultos-EJA do ensino fundamental e médio, sendo 74,9% e 68,1 %. Esses jovens e adultos, com idade entre 15 e 24 anos, independentemente do gênero, são grupos mais afetados pela violência como apresenta o documento Atlas da Violência, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ⁽⁴⁾

Esses são alguns dos determinantes do tecido macrossocial relacionados ao mundo individual e coletivo nas camadas sociais mais pobres. Esse acúmulo de iniquidades evidencia para Piletti e Piletti ⁽⁵⁾ um atraso, sendo necessário um reforço dos investimentos na educação do Brasil.

Sobre o assunto, Freitas et al. ⁽⁶⁾, destaca a conexão profunda entre educação e alimentação, como também se mostra a seguir no contexto microssocial escolar deste estudo em uma escola pública.

Na perspectiva da política pública, parte do processo pedagógico é implicado ao PNAE, por meio de estratégias de educação alimentar e nutricional, promoção da saúde e segurança alimentar e nutricional ⁽⁷⁾. Entretanto, esse programa apresenta um descompasso entre recursos financeiros utilizados e os valores *per capita* para elaboração das refeições. Com o baixo investimento na alimentação escolar, mantém-se a situação de fome crônica em muitos lugares ⁽⁸⁻¹⁰⁾.

Sobre esse assunto, é possível relacionar esse modelo de planejamento e execução do PNAE, ao sentimento de desvalorização social de escolares, pela exclusão que vivenciam com a deficiente educação e com a falta de alimentação de qualidade nas escolas.

A perspectiva da qualidade na alimentação que se apresenta neste artigo está relacionada à noção de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) descritas em documento oficial nacional e estudos sobre o tema ⁽¹¹⁻¹⁴⁾. Esse enfoque incorpora as dimensões alimentar e nutricional relacionadas aos processos de disponibilidade ao alimento, desde as condições higiênico-sanitárias às culturais, suficiência em termos quantitativos para o indivíduo, acessibilidade e sustentabilidade, bem como o preparo, o consumo alimentar e sua relação com a saúde ⁽¹⁵⁾.

. Nesse sentido, a inspiração para este artigo foi captar e interpretar problemas sobre esta temática expressa sobretudo por estudantes no cotidiano escolar. Como uma tarefa complexa, buscou-se conexões com o mundo escolar por meio do olhar sensível, da leitura e escrita qualificada, as quais traduzem as experiências dos protagonistas na relação entre a alimentação do PNAE e o direito humano à alimentação adequada.

METODOLOGIA

O presente artigo é originário de uma pesquisa etnográfica sobre o direito à alimentação escolar (PNAE), em que instrumentos de observação participante e narrativas encontram-se em relevo para entender os processos sociais pela imersão do pesquisador no mundo dos sujeitos, os escolares ⁽¹⁶⁾. Por essa perspectiva, a da percepção da alimentação servida na escola, houve a colaboração de estudantes de uma escola pública no centro da cidade de Salvador, em que se produziram narrativas escritas e entrevistas semiestruturadas em profundidade, no período letivo maio de 2018 a novembro de 2019.

A etnografia que dá origem se desdobra em temas específicos e alguns escritos. No presente, fez-se um recorte temático que alude à qualidade das

refeições, suas implicações socioculturais e a interface com o direito humano à alimentação adequada. Com o intuito de analisar essas percepções foram realizadas redações em sala de aula, com alunos do primeiro ao terceiro ano colegial nos turnos matutino e vespertino. Tais atividades foram contíguas às pedagógicas das disciplinas de educação física, biologia e sociologia, as quais contemplam em seus programas o tema alimentação.

Participaram do estudo 60 escolares com idade igual e superior a 18 anos, todos das camadas populares e a maioria expressiva de pretos e pardos. Foram utilizados nomes fictícios para proteção das identidades dos participantes, manteve-se aspectos éticos de pesquisas com seres humanos. Os participantes foram informados dos objetivos da pesquisa e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de nutrição da Universidade Federal da Bahia.

Com o objetivo de aprofundar questões emergentes, interpretações e diferentes perspectivas, o estudo complementa o tema junto a outros atores entrevistados: diretora, vice-diretor, coordenadoras pedagógicas ⁽²⁾, merendeiras ⁽²⁾ e uma professora.

Analisaram-se redações (de dois a três parágrafos, em geral) e entrevistas que seguiram as recomendações teóricas de estudos: Minayo ⁽¹⁵⁾; Freitas, Minayo e Fontes ⁽¹⁶⁾. Para o processo interpretativo, a partir da análise do discurso, baseado em estudos de Orlandi ⁽¹⁸⁾, destacaram-se significantes conectados às categorias produzidas em campo, a saber: Faltam recursos para a alimentação da escola; faltam direitos. Ambas as categorias refletem as condições implicadas no processo da degradação da escola pública que possivelmente atinge milhares de estudantes no país. Além dessas categorias, permanentemente inscritas nos textos, observaram-se questões relacionais que fazem sentido para os estudantes: a exemplo da desigualdade social.

Recorreu-se ainda a diversos documentos nacionais e pesquisas sobre o PNAE para ampliar a possibilidade de se conhecer questões que circunscrevem essa análise.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cenas da escola

A compreensão sobre a problemática que envolve o contexto microssocial escolar e a alimentação necessita delimitação do cenário em que aspectos simbólicos experienciados pelos escolares ganham significados. Nesse sentido, as primeiras imersões no campo nos conduziram ao encontro de uma instituição pública com problemas visíveis de depreciação estrutural do imóvel. À medida que os ambientes se tornavam familiares ao longo do trabalho de campo, as confirmações sobre a situação de abandono e desvalorização da escola tornavam-se mais intensas.

Na cena escolar, no horário da merenda (termo mais comum para se referir ao PNAE) havia grupos de estudantes separados por grades de ferro entre a cozinha e o pátio. A primeira impressão era a de jovens presidiários em uma imensa gaiola, apoiados em muros de concreto. Alguns com uniformes e sapatos, outros com roupas comuns, sandálias rasteiras. Espalhados em toda extensão do pátio, os jovens aglomeravam-se em pé ou sentados no chão, na porta da cozinha. Chamava atenção as paredes e o teto com sinais de infiltração causada pela chuva e placas do teto (de gesso) quebradas ameaçavam a vida de estudantes e funcionários. O pátio e os banheiros são ainda territórios do tráfico de drogas na escola, a despeito da vigilância de funcionários e da direção, alguns jovens vendem drogas ou utilizam esses espaços para o consumo, especialmente em dias festivos.

A ausência de material adequado para instruções de ensino e aprendizagem reflete a falta de valor atribuída por estudantes, como a ausência de laboratórios de computação e biblioteca. Além disso, a aparente desvalorização é reforçada pelos riscos a que os estudantes estão expostos por janelas com vidros quebrados e mobiliário sem condições de uso. O calor excessivo, a falta de material pedagógico e higiênico repercute no meio estudantil como desprezo dos gestores para com a educação e os educandos.

Os transtornos com a ambiência são comuns na cozinha, um espaço adaptado para a produção de refeições (cerca de 700 por dia), especialmente em períodos do

ano de mais altas temperaturas. Os utensílios e equipamentos são insuficientes para garantir a variedade das refeições e não há reposição nem manutenção. Frente aos escassos recursos, as cozinheiras assumem o desafio de repartir o alimento, mesmo contrariando a quantidade relativa ao número de consumidores. Os estudantes quase sempre, entre si, reclamam por maior quantidade de alimentos.

A estética da escola é a linguagem que expressa o descaso, a desigualdade e a pobreza. Na compreensão dos escolares não parece haver recuperação para as janelas quebradas, reposição de equipamentos, uma alimentação com mais frutas e menos sucos industrializados com biscoitos. Os problemas refletem o modo de sentir a educação, ou seja, o sentido que têm a escola e a alimentação, conforme seus discursos. Assim, abordam a falta de apoio pedagógico, assistência social, psicológica, a ausência de computadores e de refeitório. O mundo material e imaterial (como o medo de ficarem sem educação) se reúnem para mostrar a não escola, a não alimentação e o não direito social. Todas essas faltas estão associadas e os atores da escola sabem disso e manifestam-se de muitas maneiras, como foi possível interpretar neste estudo e a partir das categorias descritas a seguir.

“Faltam verbas”

Os discursos (60 redações e 13 entrevistas) criticaram a alimentação servida na escola, sobretudo a sua qualidade formando um conjunto de significantes sobre o assunto. Há um caráter de segregação racial nas escolas públicas de ensino médio da Bahia que expressa o racismo estrutural ainda indizível pelos escolares e outros atores, mas, quando comparadas com escolas privadas, de maioria branca, as diferenças relativas a recursos e alimentação são enormes ⁽¹⁹⁾.

Pela perspectiva dos escolares a falta de verbas é um tema recorrente sobre o qual escutam na escola, a justificar a alimentação servida sem opções, pouco saudável e incorreta. Eles reconhecem que maiores investimentos no PNAE poderiam melhorar a alimentação. É interessante assinalar que alguns estudantes não possuem condições materiais suficientes para adquirir alimentação de qualidade; em algumas situações o lanche da escola é seu principal alimento,

conforme também mostram outros estudos sobre o tema (10,20–22). Independentemente do cardápio, pressupõe-se que o PNAE contribua com a única alimentação possível ao escolar em muitos lugares do Brasil (9). Alguns comem o que não gostam, mas não podem recusar, outros têm nojo, passam mal, e dizem gostar de qualquer refeição (23).

Ainda que seja um programa de magnitude para o país, a alimentação do PNAE nessa escola não segue minimamente a legislação que discursa sobre as necessidades nutricionais a serem complementadas para a faixa de idade e modalidade escolar (6).

As narrativas dos escolares se combinam com as observações etnográficas para um constitutivo de realismo sobre a alimentação servida. Eles reconhecem que há insuficiência de recursos correspondente à carência de equipamentos e tecnologia, mobiliário, sanitários e ambiente salubre. Vale dizer que há, desde muito, a desestruturação de políticas públicas e sociais por parte dos estados e municípios para complementação da verba federal destinada ao PNAE e a outros equipamentos pedagógicos (24,25)

De fato, no Brasil os estudos que avaliam o PNAE mostram divergências quanto à execução e a legislação desse programa (9,26). Gabriel e colaboradores (10), em estudo sobre esse tema em municípios da região sul do país, revelam o desempenho insatisfatório do PNAE, embora haja complementação de recursos. Na região nordeste, estudo de Santos et al. (26) avalia indicadores de políticas públicas e disserta sobre a ineficácia de infraestrutura da alimentação escolar em 28% de municípios baianos. Em outro estudo, também realizado na Bahia, no qual se indagou sobre a qualidade da alimentação servida entre pais de escolares, esses a conceituaram BOA, por não poderem oferecer aos seus filhos tais refeições (27).

Conforme entrevistas com gestores da escola (3), notou-se o descaso técnico e social em relação aos escolares; como se esses pudessem comer “qualquer coisa”, como a pipoca para “enganar o estômago” pois “com a falta de recursos a gente tem que fazer ginástica para comprar alimentos. [...] Mingau, eles não gostam, biscoito com suco eles acham ruim, mas é o que o capital dá”.

A pipoca como refeição foi a alternativa para os dias sem alimentação planejada. O baixo valor econômico do produto e a aceitação dos alunos transformou esse alimento em opção para amenizar a fome do dia.

Segundo Maria (18 anos), os alunos vêm de casa sem tomar café e esperam ansiosamente o relógio tocar nove horas; mas a fila enorme para pegar pipoca ou biscoito causa desânimo porque não tem feijão, macarrão, bolo, mingau etc. Como ela e outros estudantes que vivem em famílias com renda menor que um salário-mínimo nacional, eles estudam, trabalham e contam com a alimentação do PNAE, entretanto, na incerteza alimentar, muitos trazem “quentinhas” de casa para seguirem da escola para o trabalho ou vice-versa.

As narrativas escritas e orais revelam o sentido da falta da alimentação escolar em quantidade e qualidade e desconfiam dos motivos do Estado a respeito da ausência ou da precariedade das refeições servidas. Não falam sobre isso para professores e diretora; nesse silêncio percebem que “falta tudo”, “a escola está quebrada” ou “não tem com quem falar”. Reconhecem que há algo errado com o gerenciamento do programa, pois alguns dos alimentos servidos frequentemente, além de não serem saudáveis, são insuficientes e, por isso, não entendem que têm direito à alimentação saudável e adequada. “Tenho certeza de que muitos alunos de colégios estaduais ficariam felizes se tivessem comida” (Magda, 18 anos). O sentido expresso pressupõe vontade e necessidade de comer comida.

“Faltam direitos – não temos opção, a alimentação é precária”

Paiva et al. ⁽³⁰⁾ citam a construção semântica das noções sobre alimentação adequada e saudável e a analisam, sobretudo, como expressão de difícil prática política. Ressaltem-se os documentos oficiais do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) (BRASIL, 2007), a atualização da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) ⁽²⁸⁾, o Guia Alimentar para População Brasileira ⁽²⁸⁾ e a legislação do PNAE ⁽³⁰⁾.

Noções sobre o que é adequado e saudável são complexas para garantir DHAA no PNAE, especialmente quando há disputas políticas e de grupos comerciais interessados no fornecimento da alimentação ⁽³¹⁾. Profissionalmente, o nutricionista é

o responsável pelo planejamento, elaboração e operacionalização dos cardápios no PNAE, contudo, como se observou, não há supervisão e acompanhamento do programa.

Conforme constatação em campo, a visita oficial da nutricionista da Secretaria de Educação (SEDU) à escola ocorreu uma vez durante o tempo desta pesquisa (1 ano e 4 meses). Nesse dia, o pátio estava cheio e havia no cardápio frango ensopado e arroz. A alegria por haver comida era geral! Mesmo com esse cardápio apazível, houve respostas negativas dos escolares. Os alunos estavam aglomerados em pé com pratos e colheres azuis de plásticos tentando cortar os pedaços de frango. Uma estudante do terceiro ano descreve em sua redação: “Aqui não temos um lugar apropriado para ingerir a nossa alimentação” (Livia, 18 anos).

A cena comove pelo contentamento e constrange pela humilhação da falta de acomodações. Não há cadeiras nem mesas; não há refeitório nem lugar para celebrar a comida. São amontoados de jovens tirando lascas do frango com as mãos, por não ser possível cortá-lo com colheres. Uma mão segura o prato, outra tenta levar o alimento à boca. No pensamento da estudante, o lugar adequado tem a haver com uma boa alimentação, sem ele não comemos bem (Livia, 18 anos), este é revelador da condição de consumo da alimentação escolar. Escutam-se gritos de jovens e de merendeiras, em um lugar estreito com ecos de quem come e quer mais. As merendeiras do turno da manhã também são responsáveis por sugestões de preparações que compõem o cardápio. Trabalham há muitos anos na escola e parecem resistentes às mudanças de cardápios.

É necessário um olhar crítico sobre a insuficiência alimentar, pois essa pode ser a única ou a principal refeição diária para a maioria dos estudantes. Na pesquisa apresentada por Stolarski e Castro ⁽³²⁾ foram descritos fatores limitantes para a execução do PNAE em todas as regiões do Brasil: pouco alcance da meta nutricional e insuficiente ou inexistente complementação de recursos por gestores estaduais e municipais. Ademais, além dos alunos, a alimentação escolar é também consumida por professores e funcionários da escola, ainda que não estejam contemplados no planejamento alimentar ^(20,33,34).

Durante a distribuição da alimentação, cerca de 350 jovens por turno formam um emaranhado humano e a fila lembra um cenário de resistência em que esses jovens, aos gritos, parecem rebelar-se essencialmente contra a realidade, a pobreza, a escola, a insuficiência na formação e o desemprego, ainda que não se expressem literalmente.

Nota-se a falta de recursos para alimentação na escola, a desinformação e o despreparo de gestores e outros profissionais da escola sobre o PNAE. As condições higiênico-sanitárias são consideradas duvidosas para assegurar saúde, conforme constatações empíricas e afirmações de outros estudos ⁽²⁰⁾. A exemplo, não há sabão para lavagem das mãos e parece insuficiente a limpeza do ambiente. Esses temas, e especificamente a alimentação em questão, nem sempre são pensados pelos atores da escola entrevistados (diretora, vice-diretor, merendeiras e professoras) como violações ao direito dos estudantes. Com isso, confere-se uma naturalização de uma escola para pobres como resultado da desigualdade sociocultural e econômica do país ⁽³⁷⁻³⁹⁾; há referência bibliográfica disponível sobre esse assunto ^(38,39).

Sobre o PNAE, a gestão dos recursos é centralizada no estado da Bahia e a direção da escola escolhe os gêneros com base na sugestão de cardápio enviado por nutricionistas da Secretaria de Educação. Assim, a direção administra a logística e o controle financeiro. O direito alimentar, aqui, é transformado em insinuação de cardápio. A direção da escola elege os recursos dos alimentos, modifica cardápios e nem sempre atende ao direito dos escolares, direito esse que implica oferecer-lhes alimentos saudáveis como princípio biológico e social para complementação dietética. Segundo conversa com gestores pedagógicos da escola, constatou-se não haver qualquer motivação para se refletir sobre esse assunto.

Longe de ter sido superada, a falta de condições estruturais da alimentação escolar ainda é frequentemente analisada ^(21,40). Verificou-se a invariabilidade alimentar, preparações que aparentemente não atendem às necessidades nutricionais, a não incorporação de alimentos da agricultura familiar, inadequada mensuração *per capita* e estimativa de gêneros que compromete sobremaneira a

proposição da segurança alimentar e nutricional para a promoção da alimentação saudável e adequada.

Das percepções interpretadas, há ainda por parte dos estudantes um conhecimento, uma racionalidade, sobre o que necessitam, pois escrevem e falam sobre nutrientes que aprenderam nas aulas de ciências naturais. Entretanto, nem sempre há questionamentos sobre o comer como direito de se alimentar para estudar. Outros denunciaram cardápios irregulares e não interrogaram as causas; muitos fizeram gestos de revolta no momento da distribuição do PNAE, com palavrões e gritos contra a pouca comida. Aparentemente rebelavam-se contra a escola, o ensino, o ambiente inóspito. Nas redações simples sobre a alimentação servida na escola, os poucos parágrafos denunciaram o silenciamento implícito a assinalar receios de dizer sobre a falta de opção. O quase dito torna-se um lugar vazio de direitos de comer e estudar.

Observou-se complementariedade entre o horizonte de significações dos estudantes e iniciativas de protagonismo sobre o direito “[...] A solução seria palestras para conscientizar os alunos, para a necessidade do aumento das verbas. É um direito nosso” (Roberto, 19 anos). É possível que desejem expressar às noções de cidadania e democracia, as quais inclui a compreensão sobre responsabilidade dos gestores para com a escola. Alguns entendem que têm direitos à alimentação adequada, porque seus pais “pagam impostos”. [...] “Eu acredito que cabe a nós, alunos, debater sobre o tema e exigir ao menos uma opção de alimento saudável nas cantinas [...] entender sobre o assunto ajudaria nossas mudanças” (Madalena, 21 anos).

As irregularidades confirmadas, como a ausência de alimentos por vários meses, a distribuição de pipoca como refeição, a frequente opção de biscoitos são formas de linguagem que fazem conexão com o não direito alimentar. Esse, um componente regular e naturalizado dessa escola com efeitos perversos nutricionais e pedagógicos ao não oferecer a alimentação necessária.

O não direito coloca a alimentação do PNAE como dívida. O Estado assistencial formula normas de suplementação alimentar, oferece o PNAE e não oferece uma refeição de qualidade e em quantidade para cada aluno. Como

transferência de renda, estamos diante de um modelo assistencialista ou um contradom, conforme conceito de Godelier, ao estudar processos de reciprocidades na sociedade capitalista ⁽⁴¹⁾. Em cada contexto escolar, o PNAE representa uma doação de refeição com um frágil controle social ⁽⁴²⁾. O tema não deve ser simplificado, mas, se possível, analisado em toda sua complexidade.

Com Simmel ⁽⁴³⁾, é possível pensar que no campo simbólico, o PNAE exerce poder de troca do gestor escolar para seus estudantes beneficiários. Assim, a alimentação servida se assemelha a uma mercadoria para os gestores, preserva os interesses do Estado, mas não é vista por eles como direito dos escolares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, pode-se dizer que, entre as breves escritas dos escolares e as vozes dos atores pedagógicos da escola, compreende-se que a alimentação é um direito social a ser conquistado.

O PNAE é uma necessidade diária para o estudante conseguir estudar e trabalhar. Em contraponto, os estudantes resistem ao não direito alimentar e educacional por meio de transgressões no instante em que são servidas as refeições. Apesar de alguns jovens criticarem a qualidade e quantidade das refeições, ao contestarem a realidade, poucos fazem alusão à alimentação como um direito. Há um silêncio sobre o tema, o qual pode ser interpretado como receio da regulação interna dos gestores.

Há consenso entre os estudantes sobre a ausência de condições saudáveis, que a alimentação não é um item isolado, mas faz parte do conjunto social, da perspectiva pedagógica, com repercussão na formação escolar. Como complemento das análises dos discursos dos estudantes, as narrativas de outros atores da escola mostraram também a alimentação escolar como constituinte do *corpus* que compõe a educação, mas fizeram poucas conexões entre os recursos destinados ao PNAE (financeiros, cardápios modificados etc.) e o direito do escolar.

Apesar de o estudo se referir à problemática do PNAE em uma escola, as preocupações sociais levantadas fazem nexos com a realidade das escolas públicas

locais, regionais e possivelmente nacionais. Neste trabalho denuncia-se a frágil situação da alimentação escolar e o direito à alimentação, sobretudo na percepção dos estudantes. Para eles, é necessário construir movimentos para tomada de consciência da comunidade escolar sobre a alimentação como direito. O PNAE como direito.

REFERÊNCIAS

1. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa de orçamentos familiares 2017-2018: análise da segurança alimentar no Brasil. Ibge. 2020: 1–65.
2. Neri MC. A escala da desigualdade - qual foi o Impacto da Crise sobre a Distribuição de Renda e Pobreza? FGV social Centro de políticas públicas. 2019. 34 p.
3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional De Amostra Domiciliares (Pnad) Contínua. Características Gerais Dos Domicílios E Moradores. Rio de Janeiro:IBGE; 2019.
4. Cerqueira D, Lima RS De, Silva ERA, Pimentel A, Marques D. 2010-Atlas-Da-Violencia-2020. 2020. p. 1–96.
5. Piletti C, Piletti Nelson. História da Educação no Brasil: De Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Ática; 2006. 272 p.
6. Freitas MCS, Minayo, MC, Ramos LB, Fontes Escola: lugar de estudar e de comer. Ciências & Saúde Coletiva. 2013.
7. Brasil. Lei nº 11.947 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Nacional de Alimentação Escolar e dá outras providências. [Internet]. Ministério da Educação. 2009. p. 1–8. Available from: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm
8. Machado PM de O, Machado M de S, Schmitz B de AS, Corso ACT, González-Chica DA, Vasconcelos F de AG de. Caracterização do programa nacional de alimentação escolar no estado de Santa Catarina. Revista de Nutrição. 2013;26(6):715–25.
9. Gabriel CG, Goulart G, Calvo MCM. Gestão municipal do Programa Nacional de Alimentação Escolar nas capitais da região Sul do Brasil. Revista de Nutrição. 2015;28(6):667–80.
10. Souza EC, Lima AN, Almeida MN. Alimentação aprendizagem e cultura escolar: “com fome ninguém aprende nada.” In: de Freitas, M.C.S; Amparo-Santos, L.; Fontes, G.A. V; Ramos LB (Org.), editor. Narrativa sobre o cuidado Alimentar e o comer na escola. Salvador: EDUFBA; 2016. p. 139–52.
11. Gamba JCM, Montal ZMC. O direito humano à alimentação adequada: revisitando o pensamento de Josué de Castro. Revista Jurídica da Presidência. 2010;11(95):52.

12. Valente FLS. Direito Humano à alimentação desafios e conquistas. São Paulo: Cortez; 2002. 272 p.
13. Brasil. Lei No 11.346, De 15 De Setembro De 2006. Brasil; 2006.
14. Burity Valeria, Franceschini Thaís, Valente FLS. A Segurança Alimentar e Nutricional e o Direito Humano à Alimentação no Brasil. Abrandh. 2010; Módulo 1. 69 p.
15. Moreira De Augusto. O Método Fenomenológico Na Pesquisa. 152nd Ed. São Paulo: Pioneira Thomson; 2002.
16. 16. Minayo M. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade - Série Manuais Acadêmicos. Rio de janeiro: Vozes; 2016. 96 p.
17. Freitas M do CS de F, Minayo MC de S, Fontes GAV. The field of food and nutritivo from the perspective of comprehensive theories. *Ciência e Saúde Coletiva*. 2011;16(1):31–8.
18. Orlandi EP. Análise de discurso: princípios e procedimentos. 11a. Campinas, SP: Pontes; 2013. 100 p.
19. Bersani H. Racismo estrutural e o direito à educação. *RevEduc Perspec*. 2017 Dec 12;8(3):380–97.
20. Bezerra Jab. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. *Revista Brasileira de Educação*. 2009; 14:103–15.
21. Fontes Gav, Trad Lab, Freitas Mcs. Cuidado alimentar na Escola: notas do presente para pensar no futuro. In: *Narrativa sobre o cuidado Alimentar e o comer na escola*. Salvador: EDUFBA; 2016. p. 37–49.
22. Agatte Vc, Freitas Mcs. Significados da alimentação escolar em uma escola pública de Areia Branca, município de Lauro de Freitas, Bahia. In: Freitas MCS, AMPARO- Santos L, FONTES GAV, RAMOS LB (Org.), editors. *Narrativas sobre cuidado Alimentar e o comer na Escola*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia; 2016. p. 53–68.
23. Freitas Mcs, Fontes GAV. Alimentação na escola Pública um estudo com adolescentes em unidades de ensino de municípios baianos. In: (org.) M do CFGAVFN de O, editor. *Escritas e Narrativas sobre alimentação e cultura*. Salvador: EDUFBA; 2008. p. 37–53.
24. Carinhoto PH. Neoliberalismo, reforma do Estado e políticas sociais nas últimas décadas do século XX no Brasil. *Aurora*. 2008; 2:37–46.
25. Santos Is, Vieira FS. Direito à saúde e austeridade fiscal: o caso brasileiro em perspectiva internacional. *Ciênc. saúde coletiva*. 2018; 23:2303–14.
26. Pedraza Df et al. O programa nacional de alimentação escolar em escolas públicas municipais. *Revista Brasileira em promoção da Saúde*. 2017;30(2):161–9.
27. Santos LMP, Santos SMC, Santana AA, Henrique FCS, Mazza RPD, Amparo-santos L, et al. Avaliação de políticas públicas de segurança alimentar e combate à fome no período 1995-2002. 4 – Programa Nacional de Alimentação Escolar. *Cad. Saúde Pública*. 2007; 23:2681–93.
28. Brasil. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 1a. Ministério da Saúde S de A à Saúde, Básica de A, editors. Brasília: Ministério da Saúde; 2013. 84 p.

29. Brasil M Da S. Guia alimentar para a população brasileira. 2a. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde D, Básica. de A, editors. Brasília: Ministério da Saúde; 2014. 156 p.
30. Brasil. Resolução no 06, de 08 de maio de 2020. Brasil: Ministério da educação; 2020 p. 55.
31. Paiva JB, Magalhães LM, Dos Santos SMC, Da Silva Santos LA, Trad LAB. A convergence of “adequate” and “healthy”: An analysis of the notion of adequate and healthy diet in public policies in Brazil. *Cad Saude Publica*. 2019;35(8):1–12.
32. Stolarski Mc, Castro D. Caminhos Da Alimentação Escolar No Brasil: análise de uma política pública no período de 2003-2004*. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*. 2007;31–58.
33. Spinelli MA dos S, Canesqui AM. Descentralização do Programa de Alimentação Escolar em Cuiabá: 1993-1996. *Revista de Nutrição*. 2004;17(2):151–65.
34. Oliveira N, Santos SMC. Práticas alimentares na escola- estudo de caso na cidade de Salvador. In: *Narrativa sobre o cuidado Alimentar e o comer na escola*. Salvador: EDUFBA; 2016. p. 233–45.
35. Akkari AJ. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre Estado, privatização e descentralização. *Educ Soc*. 2001;(22):163–89.
36. Castro Ja. Evolução E Desigualdade Na Educação Brasileira. *Educ Soc*. 2009; 30:673–97.
37. Silva EO, Amparo-Santos L, Dantas Soares M. Alimentação escolar e constituição de identidades dos escolares: Da merenda para pobres ao direito à alimentação. *Cad. Saúde Publica*. 2018;34(4):1–13.
38. Libâneo JC. O dualismo perverso da escola pública brasileira: Escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. *Educação e Pesquisa*. 2012;38(1):13–28.
39. Libâneo J. As teorias pedagógicas modernas revisitadas pelo debate contemporâneo na educação. In: LIBÂNEO, José Carlos; SANTOS A (Org..), editor. *Educação na era do conhecimento em rede e transdisciplinaridade*. 3a. Campinas: Atomoealinea; 2010. p. 19–62.
40. Rocha N, Filgueiras M, de Albuquerque F, Milagres L, Castro A, Silva M, et al. Análise do programa nacional de alimentação escolar no município de Viçosa, MG, Brasil. *Rev. Saúde Publica*. 2018; 52:10.
41. Godelier M. O enigma do dom. Aguiar TE, editor. Rio de Janeiro: *Civilização Brasileira*; 2001. 65–68 p.
42. Santos LS, Santos SMC. Estudo sobre gestão do PNAE em municípios baianos, a partir da descentralização. In: Freitas, MCS; Amparo-santos, L; Fontes, GAV; Ramos L, editor. *Narrativas sobre cuidado Alimentar e o comer na Escola*. Salvador: EDUFBA; 2016. p. 199–2014.
43. Simmel G. *El pobre*. Madrid: Sequitur; 2014. 94 p.